



A PERSPECTIVA DE AVANÇO NA LUTA FEMINISTA PELA APLICAÇÃO CONJUNTA DOS CONCEITOS DE INTERSECCIONALIDADE E CONSUBSTANCIALIDADE

Autora (1): Emannelly Cabral de Figueiredo; Co-autor (1): Lissa Furtado Viana; Co-autor (2): Otávio Evangelista Cruz; Co-autor (3): Raíssa Feitosa Soares; Orientador: Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

*Autora: Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail: emannellycfg@gmail.com
Co-autor (1): Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail: lissa_viana@hotmail.com.
Co-autor (2): Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail: otavio.e.cruz@gmail.com
Co-autor (3): Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail: raissa.fs@hotmail.com
Orientador: Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail: djamiro.acipreste@urca.br*

Resumo

Ainda na contemporaneidade, o padrão da imagem feminina persiste em ser apresentado enquanto o ideal da mulher branca, heterossexual e de classe média, propagando conceitos e demandas universalizantes no que tange à luta pela garantia e manutenção de direitos humanos, bem como dentro da militância feminista como um todo. Tratar de interseccionalidade quanto ao feminismo significa situar a mulher acerca de seu gênero, classe e raça, permitindo que se busque uma dignidade plena e não generalizante. Neste trabalho, além da análise da interseccionalidade enquanto fator essencial do feminismo, também busca-se apresentar outros referenciais, chegando ao conceito de Consubstancialidade trabalhado nos textos de Danièle Kergoat e Helena Hirata. Através do método construtivista, pretende-se realizar a revisão das bibliografias relativas ao tema, demonstrando não apenas a necessidade de se localizar a mulher em sua diversidade de interseções quando da luta feminista, mas raciocinar, pela substancialidade, em termos de relações sociais além de categorias, demonstrando os reflexos dessa postura para a militância e a possibilidade de efetivação dos direitos humanos.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Consubstancialidade, Feminismo.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, a imagem feminina foi visualizada e tratada de diversas formas, contudo, o padrão geral sempre partiu da definição da mulher enquanto o “Outro”, como um sujeito dado em relação ao “Um” masculino, supostamente incapaz de definir-se em si mesmo.

As lutas feministas, na busca por equidade, tentaram alterar o padrão de submissão do feminino, entretanto, o conceito de mulher manteve-se, ainda, preso a padrões universalizantes através das diferentes ondas de feminismo. As demandas defendidas pelo movimento foram, em geral, aquelas relativas à uma mulher ideal, branca, heteroafetiva e abastada. Se o conceito de humano tinha o homem como definição e a mulher como derivação dele advinda, o conceito de mulher que passou a delinear-se na contemporaneidade tinha sua definição nesse padrão ideal, com as mulheres pertencentes a grupos minoritários

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br

www.generoesexualidade.com.br

transformadas em “Outros”, em sujeitos incompletos em si mesmos.

A propagação desses conceitos universalizantes não apenas enfraquece a luta feminista, mas exclui e oprime aquelas mulheres que não enquadram-se no padrão universal. A militância incapaz de considerar as diversas variáveis que permeiam o conceito de mulher (tal qual o conceito de humano) tende a não alcançar mulheres trans, negras, pobres, imigrantes, ou pertencentes a quaisquer outros grupos minoritários.

Uma das primeiras abordagens a considerar o imbricamento de opressões de maneira interseccional foi o movimento do feminismo negro, que passou a situar a mulher em relação ao seu gênero, classe e raça. Tal mudança permitiria que se adicionasse substância aos pálidos contornos de mulher e de feminino, trazendo novas perspectivas ao movimento.

Portanto busca-se, neste âmbito, analisar a interseccionalidade enquanto corrente teórica e meio de atingir de maneira mais completa e digna as intenções do feminismo. Igualmente, chega-se à Consustancialidade, conforme o desenvolvimento feito por Danièle Kergoat, tratando-se de corrente teórica afim, embora menos difundida. Tal teoria busca também situar a mulher conforme os diferentes eixos de opressão, entretanto, o faz de maneira não-cartográfica, trazendo aspectos que a diferenciam da Interseccionalidade.

Trabalhando-se ambas as teorias, tenciona-se lançar alternativas para a problemática inicialmente exposta, advogando-se pelas vantagens de ambas as correntes aplicadas ao movimento e a militância feminina de um modo geral.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa pauta-se pelo método construtivista, realizando-se através de levantamento e pesquisa bibliográfica de modo a analisar a situação atual do movimento feminista em relação ao problema da idealização da mulher e demonstrar os possíveis reflexos de uma mudança de abordagem na tentativa de efetivação dos direitos humanos das mulheres em sua diversidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A MULHER IDEAL

A definição do que é a mulher pode ser uma tarefa bastante árdua, a depender do referencial adotado. Conforme demonstrou Simone de Beauvoir em sua obra *O segundo sexo*, a existência da mulher, a certa altura, chegou

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br
www.generoesexualidade.com.br

a ser negada, ao mesmo tempo em que a sua definição enquanto “Não homem” esteve sempre presente. Desta forma, o ponto essencial da conceituação de mulher, do feminino, pode ser, em geral, a sua condição de “Outro” em relação ao homem. A mulher seria definida pela sua incompletude, sua submissão. Teria sua condição de Outro imposta pelo homem enquanto Um, tal qual os brancos relegaram aos negros a condição de Outros, ou os antissemítas o fizeram aos judeus. (BEAUVOIR, 2009).

Tal submissão não mantêm-se, obviamente, por ser condição natural e imutável ou por interesse da classe feminina. As dificuldades para sair da posição de oprimidas surgem para as mulheres de maneira análoga às que surgem para as demais minorias (negros, proletários, etc) e talvez com ainda mais ênfase pelo fato de a sua identificação com a diversidade de “grupos opressores” ser extremamente fácil. Uma mulher branca pode compactuar com homens brancos contra negros, bem como mulheres abastadas podem identificar-se com a burguesia em oposição às mulheres do proletariado. Em síntese: “Os proletários dizem ‘nós’. Os negros também [...] As mulheres não dizem ‘nós’. Os homens dizem ‘as mulheres’ e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito” (BEAUVOIR, 2009).

Embora a colocação de Simone de Beauvoir permaneça extremamente pertinente, é bem verdade que as mulheres tentaram, em momentos posteriores à publicação de Beauvoir, afirmarem-se enquanto sujeitos dentro da militância feminista. Ocorre que, tal tentativa de afirmação, permaneceu ainda presa às amarras de uma sociedade patriarcalista e heteronormativa, resultando na definição de uma “mulher ideal”. Um padrão universal do gênero feminino que, em si, prosseguiu excludente.

Ao tratar das chamadas “ondas” do feminismo, Rosita Schaefer afirma que:

Não podemos perder de vista que, em todas as historicizadas ondas do feminismo, tal como hoje, existiam diversas correntes que disputavam hegemonia e que vivenciaram múltiplos embates teóricos dentro do movimento. A corrente a qual se alinhavam as sufragistas, por exemplo, colocavam como um dos argumentos ser o voto algo que as possibilitaria exercer melhor seus papéis de mães e esposas, ao passo que Kollontai e as marxistas operárias já se posicionavam radicalmente contra a prostituição, o modelo familiar burguês, os papéis domésticos da mulher e levantavam, então, bandeiras como a da união livre, do aborto, da socialização do trabalho doméstico etc. As operárias soviéticas não se reconheciam como feministas, pois trabalho, para elas, não era algo a ser conquistado, mas um dever colocado por sua classe. Sendo assim, atravessamos a “primeira onda do feminismo” e podemos, a partir daí, compreender o posicionamento das russas e perceber sua coerência. Alguns anos

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br

www.generoesexualidade.com.br

depois, com o enfraquecimento das lutas dos anos 60 e 70, os primeiros teóricos da interseccionalidade começam a surgir e ganham força no início dos anos 80, reagindo ao que era conhecido como “segunda onda do feminismo”. (SCHAEFER, 2016)

A divergência de demandas e pautas vêm, portanto, do berço burguês do feminismo, que em sua trajetória no ocidente manteve-se cultivando os ideais de feminilidade e de mulher pertinentes às classes detentoras do poder de estado. Neste ponto, a ação da violência simbólica conforme descrita por Pierre Bourdieu pode ser apontada como um dos fatores que influenciariam o processo de escolha do adequado social feminino em relação ao repressivo machista, contudo, o que se tem posto enquanto problemática central a ser abordada é a veiculação e manutenção de um padrão universal de mulher no seio do movimento feminista.

Adequando-se aos diversos eixos de opressão ainda presentes na sociedade contemporânea, a mulher universal é branca, heterossexual, conforme o padrão de gênero que lhe é estabelecido. É também abastada, pertencendo à um país e tendo, portanto, sua cidadania garantida. Todas aquelas mulheres que fogem a esse padrão (à imagem evocada pelo vocábulo mulher) são tão “Outros” quanto a mulher o é em relação ao homem.

Tratar a mulher dessa forma reflete-se, na luta feminista, em uma desassistência em relação às demandas específicas daquelas mulheres que se não se encontrem abarcadas pelo padrão universal. Se é essencial que as mulheres se afirmem enquanto Sujeitos para que possam reverter o quadro de opressão em que se encontram, também é essencial que o façam de uma maneira pluralista, que considere as diversidades e delas ocupe-se sem hierarquizações ou confrontos.

Portanto, foi como reação à segunda onda de feminismo que termos como interseccionalidade, consubstancialidade e transversalidade foram agregados à luta feminista. Embora datem décadas de 70 e 80 e possam ser citados numa terceira onda feminista, ainda na contemporaneidade é necessário manter a vista tais teorias, quando necessário, realizando releituras que as insiram na realidade do que alguns já passam a chamar de quarta onda feminista.

3.2 INTERSECCIONALIDADE E CONSUBSTANCIALIDADE

Conforme descreveu Helena Hirata em seu artigo Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais, as origens do termo

interseccionalidade remontam, como já citado, aos movimentos do feminismo negro:

A vasta literatura existente em língua inglesa e mais recentemente também em francês aponta o uso desse termo, pela primeira vez, para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, num texto da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (1989). Embora o uso do termo a ponto de se tornar hit concept, como denomina Elsa Dorlin (2012), e o franco sucesso alcançado por ele datem da segunda metade dos anos 2000, pode-se dizer que sua origem remonta ao movimento do final dos anos de 1970 conhecido como Black Feminism (cf. Combahee River Collective, 2008; Davis, 1981; Collins, 1990; Dorlin, 2007), cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo. (HIRATA, 2014).

Ainda que a segunda onda de feminismo, proeminentemente associada ao feminismo radical, mantivesse a busca por direitos, a presença majoritária de mulheres brancas e a busca por um padrão universal de mulher foram fatores que exigiram reações.

A interseccionalidade surgiu como meio de combate às múltiplas opressões, permitindo que se começasse a pensar na construção de pontes entre os eixos de opressão diversos. Vale destacar que na abordagem interseccional esses eixos de opressão possuem origem, sentido e funcionamento próprios, sendo acumulados nos diversos contextos.

Em tais termos, a ideia de interseccionalidade foi/é extremamente relevante para a luta feminina, tanto por considerar o imbricamento das diversas opressões de forma não hierarquizada quanto por ter-se difundido consideravelmente, sobretudo a nível ocidental. É a um tempo ferramenta de conhecimento e de luta.

De maneira análoga, a corrente da consubstancialidade foi desenvolvida na França pela socióloga e militante Danièle Kergoat, pautando os mesmos temas da Interseccionalidade. Ambas as correntes, portanto, buscam solucionar o problema da universalização da mulheridade e da propagação de padrões excludentes através da consideração de eixos de opressão variados. Por sua vez, as diferenças entre as duas teorias residem, sobretudo, no modo como esses eixos são pensados

Para o pensamento da consubstancialidade é essencial historicizar as relações, haja vista que as posições não são fixas ou imutáveis. O nó formado pelas relações consubstanciais apresenta uma nova dinâmica e não pode ser desfeito no nível das práticas sociais, mas apenas no que tange à análise sociológica. Ter em conta a relação entre os eixos de opressão que aqui não são independentes é essencial para combatê-los e evitar a sua reprodução.

Como bem explicou Rosita Schaefer ao apresentar o exemplo hipotético de uma greve feita por todas as empregadas domésticas brasileiras (em sua maioria, negras e pobres):

A consubstancialidade entende essa questão como uma forma de alienação exclusiva e única, que não abarca, portanto, o racismo enfrentado por todos os negros e o machismo enfrentado por todas as mulheres. ‘A minha tese [...] é: as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e ‘raça’ se reproduzem e se coproduzem mutuamente.’ (KERGOAT, 2010) Isto é, não se pode entender esse caso a partir de uma política da diferença, da seccionalização das opressões que se agrupam de forma quantitativa, como é formulado pela teoria da interseccionalidade. [...] Em uma hipotética greve organizada dessas 7 milhões de empregadas domésticas, por exemplo, não estariam elas atacando o racismo, o machismo e capitalismo de forma localizada e espaçada. Estariam, em uma greve longa e bem estruturada, desestabilizando TODO o tecido social brasileiro criado pelo novo capitalismo-racismo-patriarcado [...]. (SCHAEFER, 2016).

Focadas nas semelhanças e distinções do trabalho do Care entre Brasil, França e Japão, as pesquisas de Helena Hirata são um bom exemplo da análise da consubstancialidade de uma categoria:

A consubstancialidade das relações sociais e suas consequências no trabalho do care ficaram claras nos achados dessa pesquisa, que podem ser sintetizados pela ideia sobre o que unifica a população de cuidadores dos três países: no Brasil, trata-se do trabalho informal; na França, da migração; no Japão, é o desemprego e a crise que levam os homens a exercer essa profissão. O ponto unificador desses trabalhadores e trabalhadoras do care é a precarização do seu itinerário profissional. Em cada um dos três países, são os mais vulneráveis que se tornam os provedores do care. (HIRATA, 2014).

Assim sendo, apesar das críticas que podem ser feitas ao método cartográfico de raciocínio da interseccionalidade, percebe-se que ambas as teorias podem e devem ser utilizadas no meio da militância feminista, bem como nas abordagens da esquerda de um modo geral.

3.3 AS POSSIBILIDADES DE AVANÇO NA LUTA FEMINISTA

Ao tratar da aplicação conjunta das teorias descritas e suas possibilidades para o avanço da luta feminista cabe iniciar reafirmando sua similaridade teórica e o fato de buscarem solucionar os mesmos problemas. Embora possuam algumas diferenças de abordagem, as duas teorias não excluem-se, motivo pelo qual podem ser levadas em conta conjuntamente ou em contextos diversos.

A interseccionalidade, vale mencionar, figura em trabalhos acadêmicos e pesquisas com muito mais frequência, sobretudo no Brasil o que a torna um termo de mais fácil digestão e explicação em situações variadas.

Ademais, o que este trabalho tenciona enfatizar é a necessidade de consideração das diversas demandas para o avanço do feminismo (o que se pode alcançar por ambas as teorias). As demandas de mulheres brancas, por exemplo, podem estar ligadas à liberação sexual e à desvinculação da imagem de pureza, feminilidade e delicadeza. Mulheres negras, por sua vez, podem reivindicar a sua não-sexualização e o direito de assumir sua feminilidade ou fraqueza, já que são recorrentemente hiper-sexualizadas pela mídia e tratadas como fortes e capazes de aguentar qualquer coisa. Na busca pela efetivação dos direitos humanos, ter tais distinções em conta é imprescindível.

Em outra esfera a delimitação de eixos de opressão jamais deve servir para separar ou quebrar movimentos sociais. Pelo contrário, aqui recorre-se a pensamentos transversais e pluralistas, visando sempre abarcar a pluralidade de cosmovisões individuais de maneira não-universalizante. A chave para o avanço do feminismo, e talvez para os movimentos sociais como um todo, poderia ser o trabalho conjunto na busca pelas demandas dos que se encontrem sob os diversos eixos de opressão (ou tendo em conta os nós formados por esses eixos). Trabalhar de maneira transversal e historicizada poderia permitir o surgimento de uma onda de feminismo mais forte e capaz de enfrentar a liquidez da pós-modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À semelhança de outros movimentos sociais (ou da esquerda em geral), dentro do movimento feminista, cisões e desentendimentos foram sempre comuns, ao ponto de surgir a necessidade de se tratar de femunismos, no plural. Todavia, tendo em conta ideais de pluralismo e correntes transversais de pensamento e ação, acredita-se na possibilidade de construção de um movimento que atenda às demandas individuais e coletivas de modo não hierarquizado e inclusivo.

Considerando que as universalizações que busquem a criação de um conceito universal de mulher geram toda a sorte de prejuízos (desde a sub-representação das mulheres negras até a exclusão das mulheres trans) buscam-se correntes teóricas capazes de abarcar a diversidade de forma positiva, permitindo a construção de militâncias que sirvam às diferentes mulheres em seus distintos contextos.

A interseccionalidade e a consubstancialidade são exemplos de formas de pensamento e de ação capazes de corresponder a esses objetivos, desconstruindo ideais excludentes de mulher universal no âmbito das construções acadêmicas ou no trato cotidiano.

Raciocinar as diversas intersecções ou a consubstancialidade dos eixos de opressão significaria pensar e agir coletivamente, buscando a efetivação de direitos humanos de maneira bem mais plena tanto formalmente quanto na prática cotidiana.

Não ignora-se as dificuldades da implementação desse tipo de abordagem, contudo considera-se que perspectivas mais plurais podem ser a chave para o fortalecimento do movimento feminista de uma maneira geral, principalmente diante da diversidade de demandas dos variados grupos vulnerabilizados.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 7.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Ed. 11 Rio de Janeiro. Editora Bertrand: 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 1. Ed.. Lisboa: Difel, 1989.

CAMPOS, A. **Subversões – Homens e Mulheres nas Entrelinhas**. Lisboa: Editora Universitária, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Gênero e Raça**. In: BRUSCHINI, C & UNBEHAUM, S. (org.) Gênero, democracia e sociedade brasileira, p. 167-193. Editora 34: São Paulo, 2002.

FALUDI, Susan. **Backlash: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade nas relações sociais. **Tempo social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, vol 26, n. 1, p 61-73

MARINHO, Tamires. O estado de sujeição da mulher como um discurso de consentimento para crimes e violência de gênero. 2018. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2018/01/o-estado-de-sujeic%cc%a7a%cc%83o-da-mulher/#more-23257>> Acesso em: 17 jun. 2018.

SCHAEFER, Rosita. “**Uma visão feminista e comunista: como conciliar classe, etnia e gênero?**”. 2016. Disponível em: <https://www.novacultura.info/single-post/2016/02/05/Uma-vis%C3%A3o-feminista-e-comunista-como-conciliar-classe-etnia-e-g%C3%AAnero?fb_comment_id=1102501419821223_1106583616079670> Acesso em: 10 jun. 2018

SILVA, Vânia dos Santos. **Patriarcado e a cultura do estupro no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/app/noticia/301723-1>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br

www.generoesexualidade.com.br